

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.214 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2000

Plenário conclui hoje votação da central de risco de crédito

Proposta, apresentada pela CPI do Sistema Financeiro, será apreciada em turno suplementar. Objetivo é centralizar informações fornecidas pelos bancos e pela Receita para minimizar problemas na concessão de empréstimos

PÁGINA 3

Senado já examinou 525 matérias este ano

PÁGINA 5



Ameaça de aumento nos preços dos remédios provocou manifestação de protesto de Nabor Júnior

Nabor pede ação firme contra aumento de preços dos remédios

Ameaça das indústrias farmacêuticas de promover um aumento de 12% recebeu críticas de Nabor Júnior. Segundo ele, a alegação de que o reajuste teria por objetivo “repor a inflação” é enganosa e indica que o Brasil precisa agir com firmeza para enfrentar as multinacionais do setor.

PÁGINA 8

Senadores aplaudem conquista de Guga

PÁGINA 7



Gustavo Kuerten recebe voto de aplauso do Senado pela Copa do Mundo

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PODE DEFINIR RECURSOS PARA AUMENTO DO MÍNIMO

A Comissão de Orçamento poderá votar hoje, a partir das 18h, o adendo do relator-geral do Orçamento de 2001, senador Amir Lando, que prevê fontes de custeio do aumento do salário mínimo para R\$ 180.

PÁGINA 4

ANTONIO CARLOS PREVÊ ACORDO SOBRE SALÁRIO ATÉ AMANHÃ

PÁGINA 2



Antonio Carlos Magalhães

CAE discute suspensão das dívidas de dois estados

PÁGINA 5

Secretária fala na CAS sobre programa contra pobreza

PÁGINA 3

CE aprecia Plano Nacional de Educação

Projeto de iniciativa do Executivo que institui o Plano Nacional de Educação deverá ser apreciado pela Comissão de Educação (CE), hoje, a partir das 11h30.

PÁGINA 3

Subcomissão do Cinema analisa relatório

PÁGINA 3

ACM prevê que sai nesta semana acordo definitivo sobre mínimo

“Há boa vontade de todas as partes”, diz senador, confiante no entendimento

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem sua confiança na conclusão, ainda durante esta semana, de acordo definitivo quanto à aprovação, pelo Congresso Nacional, da proposta de aumento do salário mínimo para R\$ 180 a partir de 1º de abril de 2001.

— Há boa vontade de todas as partes. Se o acordo não sair amanhã (*hoje*), sai na quarta-feira — disse ele.

O senador esclareceu que não existe uma tradição pela qual a eleição da Mesa do Senado deva ser realizada antes da escolha da Mesa da Câmara, e adiantou que, se for procurado pelo deputado Michel Temer a esse respeito, vai



Antonio Carlos Magalhães também defendeu que a Câmara eleja a Mesa antes do Senado

propor que a Câmara decida antes do Senado.

— Não há essa tradição. Minha proposta é que eles façam antes — afirmou Antonio Carlos.

Missa do Natal do Senhor

Celebrada por Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília
Participação especial do Coral do Senado

Dia 6 de dezembro de 2000
Salão Negro do Congresso Nacional
12 horas

Confraternização de Encerramento do Ano

Congresso realiza amanhã missa de confraternização

A missa de confraternização de Natal e de encerramento de ano do Congresso será celebrada amanhã, às 12h, no Salão Negro, por d. José Freire Falcão, arcebispo de Brasília. Estarão presentes à cerimônia o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado Federal, o deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, parlamentares e funcionários de ambas as Casas.

A missa contará com a participação do Coral do Senado, que apresentará clássicos como *Gloria*, de Vivaldi, *Halleluyah*, de Haendel, e *Laudate Dominum*, de Mozart.



TERÇA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2000

AGENDA

Presidente

Antonio Carlos Magalhães
17h30 — Recebe Felipe Pérez Roque, ministro das Relações Exteriores de Cuba.
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 283/99, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Ferreira (SP); PDL nº 169/2000, aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana (MA); PDL nº 240/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cataguases (MG); PDL nº 242/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural — FM (Avada FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Araguaia (GO); substitutivo ao PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título Global, concluída em 26.6.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro num total de US\$ 1 bilhão, no mercado internacional; Mensagem nº 175/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, de principal, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada à aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício “S” nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título Global, concluída em 17.8.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de US\$ 5,1 bilhões, no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (GEF) Reestruturado, com contribuição inicial equivalente a Direito Especial de Saque (DES) de quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturação de Meio Ambiente; PLS nº 123/2000, que estabelece restrições à alteração de lei de diretrizes orçamentárias; PLS nº 163/2000, que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju); PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros; PLS nº 454/99, revoga a alínea “d” do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propagando; PLS nº 460/99, que inclui entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações dos administradores de consórcios; PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do IPI incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; e PLS nº 175/2000, que dispõe sobre a atualização monetária da tabela do Imposto de Renda. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 42/2000, que aprova o Plano Nacional de Educação; PLS nº 53/97, regulamento o artigo 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; PRS nº 72/2000, que obriga a TV Senado a interpretar da língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) toda a sua programação; Requerimento s/nº, da senadora Emilia Fernandes, solicitando informações sobre o Programa Especial de Treinamento (PET), do ministro da Educação, Paulo Renato Souza; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessão e permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia — Subcomissão do Cinema Brasileiro

Pauta: apresentação e discussão do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa Índice do Desenvolvimento Humano (IDH-14), com a presença da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1.934-20, altera a Lei nº 4.229/63, que autoriza a doação de bens. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*
18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: votação de créditos suplementares. *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 38/2000, regulamenta o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro; votação nominal do PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico; PDL nº 282/99, aprova o ato que renova a concessão do Rádio Jornal do Povo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira (SP); e PDL nº 12/2000, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi (TO).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a homenagear Gustavo Capanema pelo centenário de seu nascimento.
Pauta: PDL nº 257/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo de São Paulo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); e PDL nº 174/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dehoniana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaré-Mirim (MA).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); e o parágrafo 2º do artigo da Lei nº 9.294/96; altera a Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; entre outros itens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição de Edson Galvão Vilela de Souza, Edilson Galvão Vilela de Souza e do presidente da Serasa, Elcio Anibal de Lucca, acerca das denúncias sobre abusos na inscrição de pessoas físicas e jurídicas por parte da instituição. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 — Código Civil, referentes à investigação de paternidade, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: depoimento do advogado do Banco do Brasil, lotado na Assessoria Jurídica Regional do estado do Pará, Pedro José Coelho Pinto; e dos ex-advogados da mesma instituição, Lucimá Saraiva Barbosa e José Raimundo Farias Canto, sobre a Denúncia nº 1/2000 (contra o senador Luiz Otávio). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quinta-feira

9h30 — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do diretor-presidente da empresa Traffic, J. Hawila. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Missa de confraternização de Natal e de encerramento do ano, a ser celebrada por dom José Freire Falcão. *Salão Negro do Congresso Nacional*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota projeto sobre central de risco de crédito

Senadores apreciam hoje, em turno suplementar, proposta apresentada pela CPI do Sistema Financeiro com o objetivo de centralizar informações fornecidas pelos bancos e pela Secretaria da Receita Federal

O Plenário do Senado conclui hoje a votação do projeto que cria um sistema no Banco Central para analisar os riscos oferecidos pelos tomadores de empréstimos no mercado financeiro. O projeto, que será apreciado em turno suplementar, cria o Sistema Central de Risco de Crédito, e, para entrar em vigor, depende ainda de deliberação da Câmara.

Elaborado pela CPI do Sistema Financeiro com o propósito de reduzir os riscos na concessão de créditos, o projeto determina que a central será mantida com informações a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Secretaria da Receita Federal.

O texto em votação é um substi-

tutivo do senador Bello Parga (PFL-MA), o qual entende que o projeto segue o exemplo das economias desenvolvidas, visto ser necessário dotar a autoridade monetária de instrumentos de controle da atividade bancária.

Também hoje, o Senado vota requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, seja convocado a prestar ao Plenário esclarecimentos sobre as operações da Agência Brasileira de Inteligência.

O requerimento decorre de matéria publicada pela revista *Veja* sobre o envolvimento de agentes da

Abin (Agência Brasileira de Inteligência) em operações estranhas às suas finalidades. Na semana passada, o Senado adiou a votação desse requerimento, aprovando um outro, do senador José Roberto Aruda (PSDB-DF), para que o general se apresentasse à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Na mesma sessão, o Senado vota decretos legislativos outorgando ou renovando concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão às seguintes emissoras: Fundação Educativa Profes-



O Plenário poderá votar também requerimento que prevê a convocação do general Cardoso

sor Lourenço Filho, de Porto Ferreira (SP); MR Radiodifusão, de Viana (MA); Fundação Cultural Educacional Melodia de Catagua-

ses, de Cataguases (MG); e Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, de São Miguel do Araguaia (GO).



Sebastião Rocha é autor do requerimento que resultou na convocação de Vanda Engel

CAS ouve secretária sobre critérios do IDH-14

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouve hoje, logo depois das votações no Plenário do Senado, a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, que falará sobre os critérios para a escolha dos municípios contemplados com o programa IDH-14. Destinado a elevar o padrão de vida de áreas miseráveis, o IDH-14 é assim denominado por utilizar como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A presença de Vanda Engel, que representará o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, deve-se a requerimento de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Ele argumenta que não foram incluídos no programa muitos municípios considerados pobres. Além da secretária, foi convidado um representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

CE analisa proposta para Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação (CE) aprecia hoje, a partir das 11h30, projeto de iniciativa do Executivo que institui o Plano Nacional de Educação. O novo plano estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação infantil e ensinos médio e superior. A educação especial e a indígena, bem como a valorização do magistério, também fazem parte do projeto a ser examinado pela comissão. O relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), apresentou parecer favorável.

Os principais objetivos são a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. Ampliar a oferta de educação infantil e elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado de creches e pré-escolas também fazem parte do novo plano de educação, que prevê, ainda, a universa-



José Jorge, relator da proposta do governo na Comissão de Educação, apresentou parecer favorável

lização do atendimento de toda a clientela do ensino fundamental dentro de cinco anos. O projeto também amplia para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório.

Com relação ao ensino médio, a proposta prevê alterações no currículo, como forma de melhorar a qualidade, combater a evasão escolar, expandir o número de escolas públicas e, entre outras medi-

das, tornar obrigatório, num prazo de cinco anos, que todos os professores tenham nível superior.

No nível superior, o Plano Nacional de Educação assegura efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para todas as universidades públicas, estabelecendo ainda metas para que até o final da década a oferta de educação superior atinja 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. O projeto também cria uma política de expansão com o objetivo de diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país.

TREINAMENTO

A CE aprecia ainda requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que solicita ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, informações sobre os sucessivos cortes de verbas do Programa Especial de Treinamento (PET). Esse programa foi imple-

mentado em universidades federais e desenvolve projetos de pesquisa e extensão.

Constam da pauta também projeto da Câmara que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos e o que obriga a TV Senado a transmitir sua programação também na Língua Brasileira de Sinais (Libras). O projeto é de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A Comissão vota ainda projetos de decreto legislativo de renovação de concessão das seguintes rádios: Atalaia (SC); Globo de São Paulo; Timbó (SC) e Emboabas (MG). Consta ainda pedido de concessão para o funcionamento da TV da Fundação José de Paiva Netto, na cidade de São José dos Campos (SP), além de solicitações para entrada em funcionamento de rádios comunitárias.

Subcomissão do Cinema aprecia relatório de Francelino

A Subcomissão do Cinema Brasileiro reúne-se hoje, após a Ordem do Dia, à tarde, para apreciar o relatório final do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que propõe medidas para fortalecer o cinema nacional. Para elaborar o documento, o senador tomou por base os depoimentos que foram prestados por representantes dos produtores, distribuidores, exibidores e das escolas de audiovisual durante as

cinco audiências públicas que foram realizadas nos últimos 18 meses pela subcomissão.

— Através de projetos legislativos, vou apresentar sugestões voltadas a fortalecer o cinema e o audiovisual brasileiros em geral, no que se refere à captação de recursos para a produção, ampliação do circuito de exibição e distribuição — afirmou o relator.

Francelino afirmou que o cine-

ma brasileiro, depois de atravessar um momento crítico, no início dos anos 90, vem reconquistando espaço e reconhecimento. Segundo o relator, o objetivo é contribuir para que esse momento favorável do cinema seja mantido, evitando-se que haja novamente queda na qualidade dos produtos nesse setor.

A própria subcomissão, criada a partir de requerimento de Francelino, em julho do ano passado, em caráter temporário, poderá tornar-se permanente, conforme sugestão apresentada durante a realização do III Congresso Brasileiro de Cinema.



Com base nas audiências públicas, Francelino pretende apresentar projetos em favor do cinema

Comissão pode definir recursos para o aumento do mínimo

Votação de adendo apresentado pelo relator depende apenas de acordo na Câmara para apreciação de projetos contra sonegação fiscal

Se houver acordo na Câmara e o Plenário começar a analisar os três projetos de combate à sonegação, a Comissão Mista de Orçamento poderá votar, a partir das 18h de hoje, o adendo do relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), que prevê fontes para financiar o aumento do salário mínimo para R\$ 180, em abril próximo. O PT decidiu obstruir as votações da Comissão de Orçamento até que a Câmara aprecie os projetos de combate à sonegação.

Dos três projetos, dois já tramitam em regime de urgência e os líderes do governo na Câmara e no Congresso tentarão aprovar hoje urgência para a terceira proposta, que autoriza a Receita Federal a usar dados de recolhimen-

to da CPMF para iniciar processo administrativo contra suspeitos de sonegação. Os dois primeiros projetos dão à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de suspeitos e punem a elisão fiscal (uso abusivo de brechas da lei para reduzir o Imposto de Renda a pagar).

A aprovação dos três projetos faz parte de acordo firmado entre o Palácio do Planalto, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando. Pelo acerto, firmado no dia 28, o salário mínimo passará de R\$ 151 para R\$ 180 em abril, desde que o Congresso aprove as propostas de combate aos sonegadores e abra mão de verbas que seriam usadas pelos

deputados e senadores em suas emendas ao Orçamento 2001.

O adendo de Amir Lando ao seu relatório parcial sobre receitas prevê que a arrecadação federal subirá no próximo ano R\$ 6 bilhões por conta do combate aos sonegadores. Desta arrecadação, R\$ 1,2 bilhão serão destinados à Previdência Social, que terá gastos adicionais por conta do pagamento do salário mínimo a 12,3 milhões de aposentados. Outros R\$ 800 milhões bancarão emendas individuais dos parlamentares ao projeto orçamentário e o restante (R\$ 4 bilhões) será usado pelo relator-geral e pelos dez sub-relatores em projetos indicados pelas comissões do Congresso e pelas bancadas estaduais e regionais.

Alcântara cobra medidas concretas de combate à discriminação de negros

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que será realizada pela ONU em agosto de 2001, na África do Sul, foi apontada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como uma oportunidade para o governo brasileiro mostrar atos concretos nessa área. Ele acredita que a iniciativa da ONU deve-se ao relatório "Para Além do Racismo: Abraçando um Futuro Independente", da Southern Education Foundation, resultado de um estudo sobre as relações raciais no Brasil, Estados Unidos e África do Sul.

— O momento é de reflexão sobre as injustiças que vêm sendo cometidas contra os negros, de constatação da inércia com que esse grave problema vem sendo encarado. A desmistificação da democracia racial brasileira e o amplo diagnóstico de racismo e discriminação racial obriga-nos a adotar, neste novo milênio, políticas públicas com garantias legais de igualdade, promoção de oportunidades educacionais, econômicas, culturais, empresariais, políticas de emprego e treinamen-

to, interação dos meios de comunicação, eliminando os estereótipos e adoção de relações raciais igualitárias — afirmou.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), Alcântara disse que o desemprego tem penalizado enormemente o trabalhador negro e, mais ainda, a trabalhadora negra, que é duplamente discriminada. O senador citou ainda o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho no Brasil, realizado pelo Dieese, que revelou a prevalência do preconceito racial no país. Segundo essa pesquisa, os homens negros ganham entre 47%, em Salvador, e 76%, em Belo Horizonte, do salário dos homens não-negros.

Lúcio Alcântara explicou que a situação das mulheres negras é pior ainda, pois elas recebem de 28% a 47% do salário pago aos homens não-negros. "Quanto ao rendimento médio mensal dos ocupados é praticamente a metade para os negros em relação aos não-negros e de quase um terço para as mulheres negras", afirmou o senador.

O trabalho desenvolvido por entidades como o Movimento Negro



Lúcio Alcântara: dupla discriminação prejudica mulheres negras no mercado de trabalho

Unificado, o Grupo União e Consciência Negra, o Instituto Palmares de Direitos Humanos e o Raça Brasil, foi elogiado pelo senador por tornar pública a existência de um racismo desumano no Brasil.

— Interessante notar que a população negra corresponde a quase metade de toda a população brasileira e ainda é considerada minoria e tem sido motivo de estudos acadêmicos profusos, quando deveria ser o foco de ações afirmativas que tirassem os negros da miséria em que vivem e lhes oferecessem melhores oportunidades, livrando-os da marginalização social, educacional, cultural e política. Precisamos pôr um fim definitivo a essa discriminação, tanto mais pernicioso quanto não assumida — concluiu Alcântara.

Lauro lamenta decisão do governo de elevar gastos com publicidade

O senador Lauro Campos (PT-DF) comentou ontem que, quando a crise se aprofunda, o governo lança mão do recurso de aumentar a despesa com a propaganda. Ele citou artigo da jornalista Marta Salomon, publicado na *Folha de S. Paulo*, segundo o qual o governo aumentou em 28% a previsão de despesas com publicidade para o próximo ano.

Lauro Campos afirmou que essa situação não é isolada do governo Fernando Henrique Cardoso, já que a propaganda ultrapassou as despesas de guerra no mundo, a partir do último ano, e é um dado representativo da crise do capitalismo. "É por isso que o mundo e o Brasil se transformaram no paraíso da publicidade."

Os sinais da crise são encontrados no excesso de acumulação e no desemprego inédito no mundo, destacou o senador. Diante do caos, segundo o parlamentar, e não sabendo administrar a crise,



Lauro Campos também apoiou proposta de extinção do BNDES, apresentada por ex-ministro

a solução encontrada pelo governo é o enxugamento do Estado e a demissão de funcionários.

Em seu discurso, o senador também se referiu a afirmação do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, que propôs o fim do BNDES, ideia defendida por Lauro Campos há 16 anos.

Freire propõe que cientistas participem de resultados econômicos das inovações

Servidores públicos que atuem em áreas de caráter científico ou tecnológico e ocupantes de cargo de magistério superior poderão vir a receber participação sobre os ganhos econômicos resultantes da exploração de criação intelectual ou produção técnico-científica inovadora de sua autoria ou da qual tenham participado. Essa é a proposta do senador Roberto Freire (PPS-PE), apresentada em projeto de lei, para resolver os impasses e a falta de recursos enfrentados pelos centros de pesquisa e torná-los os principais fomentadores do desenvolvimento brasileiro.

O senador explicou que pretende mudar a relação entre a pesquisa e o mercado, permitindo ainda que os servidores colaborem, por tempo determinado, com empresas privadas em projetos de pesquisa científica de alta relevância para o país, e que possam licenciar-se para desenvolver atividade empreendedora relativa à produção de bens decorrentes de sua produção científica.

O projeto prevê também a possi-



Roberto Freire afirma que projeto pode resolver os problemas da falta de recursos no setor

bilidade de universidades e órgãos científicos da administração pública prestar serviços ou firmar contratos de pesquisa, explorar patentes e licenças, criar serviços voltados para a industrialização ou comercialização de produtos técnico-científicos. "Tudo cercado de controles e garantindo a lisura e a defesa do interesse público, e não de interesses corporativos ou particulares", assinalou.

Senado já apreciou 525 matérias desde fevereiro

O número inclui as propostas examinadas até novembro. Somente no mês passado, seis proposições foram enviadas à sanção presidencial, nove seguiram para a Câmara dos Deputados e 37 foram encaminhadas à promulgação

O Senado apreciou 525 matérias entre o início do ano legislativo, em 15 de fevereiro, e o fim de novembro. Somente no mês passado, quando o ritmo dos trabalhos no Congresso cresceu após a definição do segundo turno das eleições municipais, seis propostas foram enviadas à sanção presidencial, nove à Câmara e 37 à promulgação.

Entre os projetos aprovados em novembro e enviados à sanção, dois se destinam a reforçar a segurança pública. O primeiro deles permite criar 2 mil novos cargos na Polícia Federal. O segundo estabelece a identificação criminal do indiciado ou acusado pelos crimes de homicídio doloso, receptação qualificada, falsificação de documento público, contra o patrimônio, ou contra a liberdade sexual.

O projeto que proíbe a propaganda de cigarro em revistas, jornais, televisão, rádio e outdoors foi um dos enviados à Câmara, depois das mudanças feitas no texto durante sua passagem pelo Senado. O Plenário decidiu autorizar a publicidade somente pelo correio ou mediante a fixação de cartazes na parte interna dos locais de venda, como bares e lanchonetes.

Também foi enviada à Câmara proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que re-
duz as hipóteses de sessão conjun-

ta do Congresso. A proposta, que altera seis artigos da Constituição, determina que as duas Casas do Congresso só se reunirão conjuntamente para inaugurar a sessão legislativa, dar posse ao presidente da República, promulgar emenda constitucional e recepcionar chefe de Estado.

Ainda no mês de novembro, o Senado aprovou a indicação da primeira mulher, Ellen Gracie Northfleet, para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. Outras cinco mensagens presidenciais de indicação de autoridades foram acolhidas pelo Plenário. Entre elas, as que solicitavam a recondução a seus postos dos diretores das Agências Nacionais de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; de Telecomunicações (Anatel), Renato Navarro Guerreiro; e do Petróleo (ANP), David Zilberstajn.

Desde 15 de fevereiro, o Senado aprovou e enviou à sanção presidencial 42 projetos. Outros 86 foram encaminhados à Câmara dos Deputados e 279, à promulgação. Destes, 214 referiam-se a concessões de telecomunicações, 50 a operações de crédito e 14 a acordos internacionais. Além disso, foram aprovados pelo Plenário dois pedidos de convocação de ministros, 28 indicações de chefes de missões diplomáticas e 23 indicações de autoridades.



Um dos projetos aprovados pelos senadores em novembro proíbe a propaganda de cigarros nos meios de comunicação

CAE avalia suspensão das dívidas de AL e PE

Uma pauta com 14 itens deve ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em destaque, o projeto de resolução do senador Roberto Freire (PPS-PE) que suspende, por um ano, o pagamento dos serviços da dívida dos estados de Alagoas e Pernambuco com a União. O relator, José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável à aprovação, com emendas. Freire argumenta que as enchentes deste ano quase destruíram a infra-estrutura dos dois estados, que já estavam em precária situação financeira.

Dutra opinou pela prejudicialidade da proposta da Comissão Temporária das Enchentes em Pernambuco e Alagoas, que tratava do mesmo assunto. A proposta para suspender o pagamento das dívidas dos dois estados muda a Resolução 78 do Senado, que define critérios para endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Outro projeto em pauta que muda essa resolução, este do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), visa permitir a antecipação de recebimentos de royalties por prazo superior ao do mandato do governador ou prefeito, desde que os re-

ursos sejam aplicados em fundos de pensão para os servidores ou em abatimento de dívida com a União.

O relator Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou voto favorável, mas Jefferson Péres (PDT-AM), após pedido de vista, apresentou requerimento pedindo o exame prévio da proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAE examinará dois relatórios do Banco Central sobre operações de troca de títulos do tipo Brady por um novo papel público, do tipo Global. A primeira tem o valor total de US\$ 1 bilhão, enquanto o montante da segunda é de US\$ 5,15 bilhões. O relator José Fogaça (PMDB-RS) sugere o arquivamento.

Na reunião, os senadores deverão também avaliar o empréstimo de 280,3 milhões de ienes, pela Marubeni Corporation, para financiar o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. O relatório de Luiz Otávio (sem partido-PA) é favorável.

Também em destaque na pauta da CAE está o projeto que dá isenção temporária do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) para a compra de caminhões por transportadores autônomos. De autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), o projeto tem voto favorável do relator, Wellington Roberto (PMDB-PB).

Wellington Roberto também apresentou relatório favorável ao projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que autoriza a criação

do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju). Pontes é autor de outro importante projeto na comissão, que isenta de selos e impostos de baixa renda dos custos na emissão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O relator, Jefferson Péres, apresentou substitutivo ao projeto original.

Além de pedir que não sejam feitos cortes no Orçamento da União para a Justiça Federal, os juízes vão solicitar aos líderes prioridade na aprovação de uma emenda no valor de R\$ 29 milhões, para a informatização do Poder Judiciário.



José Eduardo Dutra é favorável à aprovação da proposta, com emendas

Matérias apreciadas pelo Senado Federal	
[De 15 de fevereiro a 30 de novembro de 2000]	
Matérias aprovadas	462
• Propostas de Emenda à Constituição aprovadas e enviadas à promulgação	2
• Projetos aprovados e enviados à sanção	42
• Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	86
• Projetos aprovados e enviados promulgação	279
• Concessões de telecomunicações	214
• Operações de crédito	50
• Acordos Internacionais	14
• Cassação de senador	1
• Escolha de chefes de Missão Diplomática	28
• Escolha de autoridades	23
• Convocação de ministro de Estado	2
Matérias enviadas ao Arquivo	63
• Matérias declaradas prejudicadas	19
• Matérias arquivadas	9
• Matérias rejeitadas	22
• Matérias retiradas pelos autores	13
Total de matérias apreciadas	525
Requerimentos de criação de CPI deferidos	2

Líderes discutem destinação de mais verbas à Justiça

Representantes da Justiça Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e da Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se reúnem a partir das 17h30 de hoje, no gabinete do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com os líderes dos partidos no Senado Federal.

Na reunião, serão discutidas formas de garantir a aprovação

de mais recursos para os tribunais regionais federais.

Os representantes da Justiça vão tentar convencer os líderes partidários de que os recursos aplicados na Justiça terão retorno garantido. A Justiça tem a cobrar cerca de R\$ 123 bilhões em dívidas com a União e mais R\$ 58 bilhões com o INSS, que não são executados por falta de

condições, segundo informam a Justiça Federal e a Procuradoria da Fazenda.

Comissão estuda normas para doação de imóveis do Dnocs

A comissão mista criada para analisar medida provisória que autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) a doar bens imóveis de seu patrimônio realiza hoje, às 17h30, sua primeira reunião de trabalho. A MP, que está em sua 20ª edição, modifica lei de 1963, que normatiza a doação de bens por parte do Dnocs e define a competência e as receitas do órgão.

Pelas regras estabelecidas na MP, a doação de bens imóveis do Dnocs dependerá de autorização legislativa específica. Além disso, o texto fixa os critérios para a doação de açudes a estados e entidades públicas.



Wellington Roberto foi designado relator da comissão mista que analisa a medida provisória

Presidida pelo deputado Roberto Pessoa (PFL-CE), a comissão designou como relator o senador Wellington Roberto (PMDB-PB).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h30 – *Cidadania* – Senador Mozarildo Cavalcanti e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre a Amazônia e a soberania nacional
7h30 – *Entrevista* – Senador Arthur da Távola fala sobre a violência urbana
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV Cheia de histórias – Paraíba do Sul/RJ
9h – *Cores do Brasil* – Folclore Goiano
9h30 – *Entrevista* – Senador Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
13h30 – *Cidadania* – Senador Mozarildo Cavalcanti e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre a Amazônia e a soberania nacional
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)

20h30 – *Entrevista* – Senador Arthur da Távola fala sobre a violência urbana
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Subcomissão de Cinema (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informações
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Rede Virtual de Bibliotecas dá acesso a 500 mil documentos

Senado lança amanhã sistema que reúne acervos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e inclui obras raras

O Senado lança amanhã, às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI). A rede virtual é resultado da fusão virtual das bibliotecas do Senado, da Câmara dos Deputados e de bibliotecas do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário. A coordenação é da Biblioteca do Senado Federal.

Podem ser encontradas na Rede Virtual de Bibliotecas infor-

mações sobre qualquer artigo da Constituição, relatórios ministeriais e presidenciais da época do Brasil Império e da Primeira República, gravuras, mapas, obras raras e até um manuscrito de Machado de Assis.

Em 1972, o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) iniciou o processo de automação do acervo, criando a primeira rede brasileira de bibliotecas.

No início do ano 2000, o antigo sistema foi substituído por um *software* que adota o mesmo formato bibliográfico internacional usado pelas bibliotecas digitais. Foi com a implantação dessa nova tecnologia, de base de dados multimídias, que nasceu a Rede Virtual de Bibliotecas. A fusão virtual dos acervos e sua transferência para novas mídias vai disponibilizar cerca de 500 mil documentos.



Júlio reafirma riscos das queimadas e valoriza manifestação pública em Haia

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) contestou ontem as críticas feitas pelo senador Gilberto Mes-trinho (PMDB-AM) a diagnósticos de cientistas sobre as queimadas na Amazônia e a influência que exercem nas alterações atmosféricas globais. De acordo com Mes-trinho, as queimadas têm como consequência apenas a devolução à atmosfera do gás carbônico que já havia sido retirado do ar. Júlio Eduardo disse não conhecer as fontes de informação de outros senadores, mas aquelas de que dispõe baseiam-se em outros indicadores, apontando para “gravíssimos resultados” e para “possibilidades concretas de reversão das atuais condições e suas nefastas perspectivas”.

– À luz da ciência, tudo está, ao



Para Júlio Eduardo, a preservação do planeta exige maturidade política

menos momentaneamente, à mercê da maturidade política dos povos sobre a Terra. Ou seja, tudo depende de como os seres humanos vão lidar com o poder tecnológico que efetivamente desenvol-

vemos e instalamos neste planeta – concluiu.

A despeito das tentativas fracassadas de acordo sobre a emissão de gases nocivos à camada de ozônio, a Convenção Climática de Haia trouxe, na avaliação de Júlio Eduardo, alguns avanços. A principal seria a manifestação, “simultaneamente ao desencontro dos governantes”, de milhares de pessoas em prol da diminuição da emissão de gases.

– Foi realizada do lado de fora do prédio onde se dava a reunião oficial uma demonstração multi-étnica, multinacional, multicultural de um único claro desejo: a preservação das condições naturais do planeta, traduzida em ações políticas responsáveis – afirmou o senador.

Jucá reivindica mais recursos para saneamento básico

Na qualidade de relator adjunto do Orçamento 2001, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) reivindicou mais recursos para saneamento básico e desenvolvimento urbano. Segundo ele, o projeto destina apenas R\$ 2,5 bilhões para o setor, quando, em 1998, o governo gastou R\$ 3,6 bilhões. "Acredito ser possível agregar mais 1,2 bilhão de reais, em verbas oriundas do FGTS, sob a administração da Caixa Econômica Federal", disse.

Para Jucá, o alerta feito no relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de que o Brasil entrará no terceiro milênio com 63,5 milhões de habitantes (cerca de 37,5% da população) sem acesso a rede de esgoto, deveria sensibilizar os parlamentares. O saneamento básico será o tema central do fórum que reunirá 130 especialistas de todo o mundo em Foz de Iguaçu, no Paraná, a partir de



Romero Jucá cita dados do Unicef sobre a importância do saneamento básico

hoje, anunciou. Ele citou dados do relatório mostrando que 40% dos habitantes do planeta não dispõem de sistema de esgoto. Em decorrência dessa situação, ocorrem 4,4 bilhões de casos de diarreia, dos quais resultam 2,2 milhões de mortes de crianças até 5 anos. Segundo o Unicef, 70% dessas mortes seriam evitadas com condições adequadas de saneamento básico, citou Jucá.

Comércio entre Brasil e Guiana pode crescer, diz Mozarildo

A intensificação das relações comerciais e a formalização de novas parcerias no campo do desenvolvimento entre o Brasil e a Guiana foram analisadas ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que destacou os recursos naturais do país vizinho, bem como sua produção de cana-de-açúcar e arroz.

— Historicamente, a associação entre o Brasil e a Guiana é caracterizada pelo entendimento e pela cordialidade. No último decênio, registrou-se maior empenho em intensificar os vínculos com o nosso país, na seqüência do processo de aproximação com os vizinhos sul-americanos, uma das principais diretrizes da política externa guianense — informou.

O senador explicou que desde 1960 vem sendo realizado um programa de pesquisas geológicas na região costeira da Guiana, com o

objetivo de determinar o total aproximado dos recursos minerais. Com isso, prosseguiu, foi apontada a existência de petróleo, urânio, prata, zinco, chumbo, cobre, molibdênio e manganês. Este último é exportado para os Estados Unidos e para a Noruega.

Quanto às relações de comércio bilateral, informou Mozarildo, a Guiana é uma parceira de vulto, pois é exportadora de ouro, açúcar, arroz, bauxita, madeira, rum e camarão, e importadora de bens de capital, de consumo e intermediários, alimentos, combustíveis e lubrificantes. As exportações somam US\$ 574 milhões e as importações US\$ 620 milhões.

Mozarildo ressaltou que as relações entre Brasil e Guiana deverão ter um forte impulso logo que sejam implementadas alternativas satisfatórias de transporte. "Hoje, faltam estradas utilizáveis durante todo o ano e linhas marítimas e vôos regulares, o que reduz o comércio bilateral e restringe os negócios e a circulação das pessoas", afirmou. O senador apontou como fundamentais para o incremento do comércio a rodovia Boa Vista-Georgetown, que depende da conclusão de trechos na Guiana, a interligação Macapá-Georgetown, e a construção da ponte binacional sobre o rio Tacutu, que separa Roraima da Guiana.



Mozarildo Cavalcanti prevê impulso nas relações entre os dois países com novas estradas

Senado aplaude vitória de Guga na Copa do Mundo

Jorge Bornhausen e Geraldo Althoff requereram a homenagem ao tenista, à qual se associou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães

O Senado aprovou ontem voto de aplauso e congratulações ao tenista Gustavo Kuerten, que venceu a Copa do Mundo de Tênis no domingo, em Portugal. O requerimento é de autoria dos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Geraldo Althoff (PFL-SC). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à homenagem.

Em discurso no plenário, o senador Jorge Bornhausen homenageou Guga pela conquista e res-

saltou o preparo e a perseverança do tenista, natural de Florianópolis. O senador homenageou também o falecido pai do tenista, Aldo Kuerten, a mãe Alice e treinadores e patrocinadores que ajudaram o atleta de 24 anos a chegar à glória. Bornhausen elogiou ainda a organização do evento em Lisboa e a torcida portuguesa por seu comportamento na vitória de Guga.



Bornhausen homenageou também a família de Guga e os que o ajudaram a chegar à condição de primeiro do mundo

Moreira comemora eleição de brasileiro para a Organização Mundial de Turismo



Moreira Mendes elogia competência de Caio de Carvalho e trabalho de bastidores do Itamaraty

O presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Caio Luiz de Carvalho, foi eleito ontem presidente do conselho executivo da Organização Mundial de Turismo (OMT). O anúncio foi feito pelo senador Moreira Mendes, (PFL-RO) em discurso no plenário do Senado.

Moreira Mendes disse que a eleição de um brasileiro para cargo tão importante no setor de turismo representa o reconhecimento, pela comunidade internacional, da decisão política do governo do presi-

dente Fernando Henrique de transformar o turismo num instrumento prioritário de desenvolvimento econômico e social.

A Organização Mundial de Turismo é integrada por 138 países e possui 350 membros filiados, de entidades relacionadas ao turismo, tanto do setor público quanto do privado. Moreira Mendes ressaltou a competência de Caio Luiz de Carvalho e disse que sua eleição deveu-se também a um excelente trabalho de bastidores desenvolvido pelo Itamaraty.

Luiz Pontes pede que governo reveja extinção do programa de cestas básicas

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) pediu que o governo reveja a decisão de extinguir o Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea), responsável pela concessão de cestas básicas a 8,6 milhões de brasileiros em áreas de extrema pobreza. Reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, citada pelo senador, informa que o governo já suspendeu a distribuição de alimentos em 15 estados e que pretende extinguir o programa até 2001.

— Essa medida é um golpe contra a vida de famílias castigadas pela miséria — disse o senador.

Luiz Pontes admitiu serem necessárias alterações no Prodea, mas discordou de sua extinção. Para ele, o Executivo deve en-

contrar alternativas para minorar a fome e a miséria de milhões de pessoas, antes de acabar com o programa. Dos R\$ 100,5 milhões previstos no Orçamento deste ano para o programa, salientou o senador, apenas R\$ 38,7 milhões foram liberados até agora.

REFORMA POLÍTICA

Luiz Pontes também criticou um dos projetos da reforma

política, que institui o financiamento público de campanhas. De acordo com o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o Orçamento da União destinará a cada dois anos R\$ 740 milhões para as campanhas eleitorais.

— Como justificar esses gastos, enquanto as verbas do Prodea são extintas? — questiona o senador pelo Ceará.



Luiz Pontes critica proposta de financiamento público de campanhas eleitorais

Nabor critica anúncio de aumento dos remédios

Segundo o senador, é preciso agir com firmeza em relação às multinacionais farmacêuticas, que pretendem reajustar os medicamentos em 12%

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) protestou ontem contra a ameaça das indústrias farmacêuticas multinacionais de aumentar os preços dos remédios em 12%, a partir de 1º de janeiro, conforme publicou o jornal *O Globo*. Conforme Nabor, é enganosa a alegação das empresas de que é necessário “repor a inflação”, uma vez que, durante o primeiro semestre de 2000, os remédios subiram 18,8%, enquanto a inflação do ano inteiro não passará de 5%.

Nabor observou que a indústria farmacêutica nacional foi estrangulada e absorvida pelo capital externo, que atualmente dita as regras com relação aos preços. “Para enfrentá-las (as multinacio-



Nabor quer mais investimentos nos genéricos como forma de combater os altos preços do setor

nais), o Brasil precisa agir com firmeza, numa ação coletiva de governo que venha a respaldar a ação meritória do ministro da Saúde, José Serra, que tem sido um obstáculo à ganância dessas indústrias”, disse o senador.

Como alternativa ao problema, Nabor defendeu maiores investimentos na produção de medica-

mentos genéricos – até 50% mais baratos do que os chamados remédios de grife. Além disso, sugeriu, o governo deveria deflagrar uma campanha junto a médicos e farmacêuticos, para que as receitas informem o nome do princípio ativo do remédio, além de incentivar distribuidores a trabalharem com os genéricos.

ACM cobra ações contra corrupção na Sudam

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem em plenário que “o Brasil não pode resistir à sangria provocada pela corrupção”, ao mencionar mais uma vez os escândalos envolvendo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O órgão, ligado ao Ministério da Integração Nacional, é responsável pelo fomento do desenvolvimento sustentável da região. O ministro Fernando Bezerra foi eximido das acusações. Para o senador, que pediu uma rápida apuração, o ministro apenas estaria “inibido” pelas ligações políticas com as pessoas envolvidas nos escândalos.

Antonio Carlos leu reportagens publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* sobre as suspeitas de corrupção no órgão. Ele pediu à Mesa do Senado que encaminhe cópias das matérias ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para que cheguem ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Também solicitou que cópias das reportagens sejam enviadas ao



Antonio Carlos Magalhães eximiu o ministro Fernando Bezerra das acusações

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, uma vez que o assunto poderia envolver senador.

Citando o jornalista Josias de Souza, da sucursal da *Folha* em Brasília, o senador afirmou que as investigações em torno do desvio de recursos da Sudam arastam-se há quatro anos e não se devem à luta em torno de sua sucessão na presidência do Senado. “Lançar as provas recolhidas no balcão da discussão política brasileira é um desrespeito ao trabalho dos procuradores da República e auditores da Receita Federal”, disse.

Antonio Carlos apontou a utilização de “empresas fantasmas”, como a Companhia de Mecanização da Amazônia (CMA) que, apesar de inexistente, recebeu R\$ 12,5 milhões da Sudam.

Ao todo, segundo as últimas denúncias, os desvios chegam a cerca de R\$ 300 milhões, incluindo os casos pendentes de investigações. No total, os casos de corrupção na Sudam alcançam cifras superiores a R\$ 1 bilhão, afirmou.

Mencionando a reportagem do *Jornal do Brasil*, o senador apontou ainda para 49 convênios assinados entre a Sudam e diversas prefeituras do interior do Pará e de Roraima governadas pelo PMDB. Mesmo recebendo parecer contrário da própria procuradoria do órgão, os recursos – R\$ 11,27 milhões – foram liberados ilegalmente, a título de “transferência voluntária”, pelo ex-superintendente da Sudam, Maurício Vasconcelos.

Controle da Copel pode passar para o Itaú, alerta Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) denunciou ontem em plenário que a Companhia Paranaense de Energia (Copel) pode ser entregue ao Banco Itaú como parte do patrimônio do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Ações correspondentes a 33% do capital votante da Copel estão em poder do Banestado, comprado pelo Itaú no dia 18 de outubro, como garantia do equilíbrio econômico-financeiro da instituição financeira privatizada. O governo paranaense tem até o dia 31 deste mês para depositar R\$ 415,7 milhões no Banestado. Caso contrário, o controle da Copel passará ao Itaú.

Segundo Osmar Dias, que durante seu discurso leu trechos de notícia publicada pela *Gazeta Mercantil* do dia 29 de novembro, o Banestado precisou da caução porque tem em sua carteira títulos públicos dos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, além de outros dos municípios de Osasco, Guarulhos e Campinas. Esses títulos, emitidos de forma fraudulenta em 1995, foram alvo de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios.

– Ponho em dúvida esse ne-

gócio desonesto e prejudicial ao povo paranaense – disse Osmar Dias.

O senador exigiu do governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), uma solução para que a Copel não passe ao controle do Itaú. Osmar Dias dirigiu-se especialmente ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e ao presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), pedindo apoio para que Lerner tome providências no sentido de manter a Copel em poder do estado. A empresa tem registrado lucro líquido anual em torno de R\$ 200 milhões. Seu valor patrimonial é de R\$ 4,3 bilhões, conforme está registrados na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Se nada for feito, o Itaú vai levar a Copel por cerca de 10% desse valor, afirmou.

– Se é para privatizar, que isso seja feito de maneira lícita – disse Osmar Dias, que alertou os demais senadores para a possibilidade de ocorrências semelhantes em outros estados.



Osmar Dias: “O negócio é desonesto”

Amorim defende mais recursos para os pequenos produtores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) propôs ontem durante seu discurso no Plenário que os fundos constitucionais sejam colocados à disposição das cooperativas de crédito do pequeno produtor. De acordo com o senador, os bancos criam problemas e dificultam o acesso dos pequenos agricultores às verbas, o que provoca êxodo da população rural aos grandes centros.

Outro problema, de acordo com Ernandes Amorim, é a vinculação de financiamento a certidão fornecida pelo Ministério do Meio Ambiente, atestando a manutenção de reserva florestal na propriedade. Amorim ponderou que não se pode exigir a reserva de quem possui apenas uma pequena área de terra. “Enquanto se cria toda

espécie de dificuldades ao pequeno produtor, milhões de reais são desviados”, disse, referindo-se às suspeitas de irregularidades na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Ernandes Amorim defendeu iniciativas que fixem o pequeno agricultor no campo.

Ele avalia que projetos de financiamento, como o Banco da Terra, podem ser uma boa saída encontrada pelo governo. “Esse projeto vai atender a essa classe social que se encontra abandonada”, afirmou.



Amorim: bancos dificultam acesso às verbas

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ramez Tebet e Júlio Eduardo